

Purificação Nunes

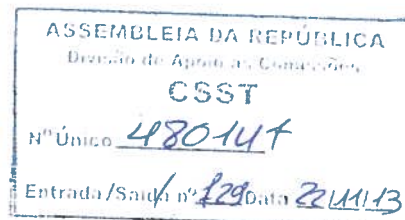
De: Anabela Santos em nome de DAC Correio
Enviado: quinta-feira, 21 de Novembro de 2013 16:10
Para: Comissão 10ª - CSST XII
Assunto: FW: Apreciação Pública do(a) Proposta Lei Nº 182/XII

De: noreply@ar.parlamento.pt [<mailto:noreply@ar.parlamento.pt>]

Enviada: quinta-feira, 21 de Novembro de 2013 15:53

Para: DAC Correio

Assunto: Apreciação Pública do(a) Proposta Lei Nº 182/XII



Contributo para a Apreciação Pública do Proposta Lei Nº 182/XII

Diploma:	Proposta Lei
N.º:	182/XII
Identificação do sujeito ou entidade:	União dos Sindicatos do Algarve/CGTP-IN
Morada ou Sede:	Rua Brites de Almeida, nº 12-1º Dto
Local:	Faro
Código Postal:	8000-234 FARO
Endereço Eletrónico:	cgtp.algarve@gmail.com
Texto do Contributo:	<p>Esta Proposta de Lei visa alterar os princípios estabelecidos na Lei de Bases da Segurança Social relativos à idade normal de acesso à pensão de velhice e ao factor de sustentabilidade. O objetivo é permitir aos Governos, invocar razões como a situação demográfica ou a sustentabilidade do sistema de segurança social para modificar elementos essenciais do cálculo da pensão de velhice conforme as suas conveniências, tornando impossível saber antecipadamente a cada trabalhador qual a idade da reforma e qual o valor da pensão a que terá direito, criando uma instabilidade e incerteza permanentes quanto ao futuro e à qualidade de vida que espera os trabalhadores na sua velhice. É uma alteração que permite simultaneamente aumentar a idade da reforma e reduzir o valor das pensões, que distorce os princípios de solidariedade laboral e intergeracional em que se fundamenta o nosso sistema de segurança social e altera as condições da relação jurídica estabelecida entre os trabalhadores activos e reformados, por um lado, e o Estado, por outro. Por tudo isto, a União dos Sindicatos do Algarve/CGTP-IN rejeita quaisquer medidas que, tal como a alteração agora proposta, tenham como objectivo final aumentar a idade normal de acesso à reforma, quer directamente quer através do agravamento dos efeitos da ponderação do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões. Faro, 21 de Novembro de 2013</p>
Data:	21-11-2013 15:52:39